



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 7090/2019		
Ementa Autoriza o Poder Executivo a delegar os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana no município de Indaiatuba e dá outras providências		
Data da Norma 06/03/2019	Data de Publicação 08/03/2019	Veículo de Publicação Imprensa Oficial do Município
Matéria Legislativa Projeto de Lei nº 305/2018 - Aatoria: EXECUTIVO MUNICIPAL		
Status de Vigência Revogada parcialmente		
Observações Aterro, Lixo, parceria, pública, privada		
Histórico de Alterações		
Data da Norma	Norma Relacionada	Efeito da Norma Relacionada
06/06/2024	Lei Ordinária nº 8188/2024	Norma correlata
06/06/2024	Lei Ordinária nº 8188/2024	Revogada parcialmente pela



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

LEI Nº 7.090, DE 06 DE MARÇO DE 2019

Autoriza o Poder Executivo a delegar os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana no município de Indaiatuba e dá outras providências.

NILSON ALCIDES GASPAR, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I DA DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE LIMPEZA URBANA

Seção I Da delegação

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a delegar os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, mediante contrato de parceria público-privada, na modalidade administrativa.

§ 1º O Poder Executivo fica autorizado a incluir no objeto da parceria público-privada prevista no *caput* deste artigo os serviços de manejo de resíduos de serviços de saúde gerados pela Administração Pública e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, conforme necessidades da Administração direta e indireta do Município.

§ 2º A prestação dos serviços públicos de que trata esta lei observará, dentre outras, a legislação federal aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, bem como as normas ambientais e sanitárias de regência.

§ 3º A prestação dos serviços descritos no *caput* deverá observar os objetivos e as metas descritas no Plano Municipal de Saneamento Básico vigente e suas respectivas atualizações.

Art. 2º O contrato celebrado com base na autorização prevista nesta Lei deverá conter cláusulas que estabeleçam, pelo menos:

I - os prazos de vigência e a área a ser atendida;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

II - as metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade e de eficiência, em conformidade com os serviços prestados;

III - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) a composição da contraprestação pública a ser paga ao parceiro privado;

b) a sistemática de reajustes e de revisões da contraprestação pública a ser paga ao parceiro privado;

IV - os mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, de regulação e de fiscalização dos serviços;

V - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços;

VI - o prazo para universalização do acesso dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana;

VII - as prioridades de ação, as quais deverão ser compatíveis com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico;

VIII - o pleno atendimento ao disposto nos incisos do *caput* do artigo 11 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB).

Seção II

Do mecanismo de garantia do contrato de parceria público-privada

Art. 3º Para fins de adimplemento das obrigações contraídas pelo Município em razão da contratação autorizada no artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir o valor correspondente de até 10,13% (dez inteiros e treze centésimos por cento) dos recursos financeiros oriundos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM destinados ao Município de Indaiatuba, para conta de garantia, atribuindo ao agente financeiro responsável pelo repasse dos recursos autorizados a execução dos atos pertinentes.

Parágrafo único. O Município deverá manter os recursos financeiros na forma do *caput* deste artigo segregados dos demais recursos de sua titularidade, em conta específica, destinando-os, exclusivamente, ao adimplemento das obrigações contraídas pelo Município no contrato de parceria público-privada para a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana.

Art. 4º O pagamento das obrigações contraídas pelo Município no contrato de parceria público-privada para a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana obedecerá a procedimento a ser disciplinado no respectivo instrumento.

Texto compilado pela Câmara Municipal de Indaiatuba, atualizado até a Lei nº 8.188, de 6/6/2024. Este texto não substitui o original publicado na Imprensa Oficial do Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Parágrafo único. Para fins de adimplemento das obrigações contraídas no contrato de parceria público-privada, poderá o Município autorizar o agente financeiro a transferir os recursos financeiros mencionados no *caput* do artigo 2º desta lei diretamente à conta do concessionário ou de seus financiadores, conforme disposto no respectivo instrumento.

Art. 5º Adimplidas as obrigações principais e acessórias assumidas pelo Município no contrato de parceria público-privada, o agente financeiro ficará autorizado a transferir o saldo remanescente na conta garantia ao Tesouro do Município.

CAPITULO II DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 6º Fica designada a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente como entidade reguladora dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana.

~~**Parágrafo único.** Os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana ficam reservados ao exercício da competência estabelecida no *caput* e excluídos da gestão associada de serviços públicos prevista no Protocolo de Intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rio Piracicaba, Capivari e Jundiá - Agência Reguladora PCJ, retificando-se, para tanto, a ratificação da subscrição do Protocolo de Intenções prevista na Lei nº 6.428, de 25 de março de 2015. [\(Revogado pela Lei n 8.188, de 6/6/2024\)](#)~~

Art. 7º Fica atribuída à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, na condição de entidade reguladora dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, as competências e atribuições previstas na Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e nos respectivos decretos regulamentadores.

Seção I Dos atos e procedimentos da entidade reguladora

Art. 8º No exercício de sua competência e na execução de suas atividades como entidade de regulação e fiscalização, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente observará os princípios e regras que regem a atuação da Administração Pública e, em especial:

I - a celeridade e eficiência na condução dos seus procedimentos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

II - a adequação com os fins pretendidos, coibindo-se a prática de medidas superiores àquelas que se façam estritamente necessárias à consecução dos objetivos e princípios da atuação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente;

III - a obrigação de motivar seus atos, por meio da exposição dos pressupostos de fato e de direito que orientam suas decisões;

IV - o respeito às formalidades necessárias, à proteção e promoção dos direitos dos usuários e dos prestadores submetidos à sua regulação e fiscalização;

V - a interpretação de normas e regulamentos de modo mais eficiente e adequado à consecução da Política Municipal de Saneamento Básico;

VI - o respeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório, principalmente nos procedimentos e atos que incorram em sanções.

Art. 9º Deverá ser assegurada ampla publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores.

Parágrafo único. A publicidade a que se refere o *caput* deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na Internet.

Seção II

Das atividades de regulação e fiscalização

Art. 10. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente editará as resoluções referentes aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, a partir das disposições expressas nesta lei, nas normas editadas pelos órgãos federais e estaduais competentes, na Política Municipal de Saneamento Básico e no Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º As resoluções editadas serão adotadas como documentos base nas atividades de regulação e fiscalização dos serviços a serem executadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

§ 2º As resoluções deverão ser amparadas em estudos técnicos prévios e nas melhores práticas do setor.

§ 3º As resoluções deverão ser submetidas a audiência e consulta pública quando seu objeto envolver questões de relevante interesse público, a fim de conferir ampla participação social.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Art. 11. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente fiscalizará o cumprimento dos deveres e direitos previstos nas normas vigentes e nas resoluções editadas, bem como os requisitos e metas estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que respeita aos planos de expansão e melhoria dos serviços, bem como aos aspectos técnicos e econômicos estabelecidos.

§ 1º A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente deverá fiscalizar a acumulação temporária de resíduos de qualquer natureza na fonte geradora ou em outros locais, por períodos predeterminados, atividade que somente será autorizada pela entidade reguladora se não oferecer riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º Constitui infração grave a acumulação de resíduos que ofereçam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, sujeita à interdição conforme avaliação técnica a ser realizada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

Art. 12. Em caso de descumprimento das obrigações impostas ao prestador dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, caberá à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente aplicar as sanções estipuladas no contrato celebrado, bem como as sanções administrativas nos termos da regulamentação prevista, adotando as medidas que garantam o ressarcimento de eventuais prejuízos sofridos pelos usuários, pela Administração Pública ou ocasionados ao meio ambiente.

§ 1º A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente deverá estabelecer processos que assegurem o contraditório e a ampla defesa tanto dos usuários quanto do prestador dos serviços.

§ 2º O ressarcimento de que trata o *caput* deste artigo deverá ser proporcional ao dano comprovadamente sofrido pelo usuário ou pela Administração Pública, ou ocasionado ao meio ambiente.

Art. 13. Os servidores da Administração Municipal poderão auxiliar a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente nas atividades de fiscalização dos serviços, desde que seja estabelecida diretriz específica para cada atividade de fiscalização, mediante Ordem de Fiscalização expedida pela entidade reguladora, que descreverá o objeto e a finalidade da fiscalização e a equipe encarregada.

Art. 14. É facultado aos usuários denunciar o descumprimento de obrigações contratuais e regulamentares pelo prestador públicos dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, por meio dos canais de comunicação a serem instituídos pelo Poder Público Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Art. 15. A infração às disposições desta lei ou às demais normas aplicáveis aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana sujeitará os infratores a processo sancionatório, a ser disciplinado pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

Seção III Da participação dos usuários

Art. 16. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente regulamentará os mecanismos de participação e controle social dos usuários nos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. O artigo 3º da Lei no 5.701, de 10 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Os resíduos sólidos e os rejeitos gerados dentro ou fora do território do município de Indaiatuba poderão ser recebidos para destinação e/ou disposição final ambientalmente adequada em empreendimento instalado ou que vier a ser instalado no município de Indaiatuba, após o respectivo licenciamento ambiental pertinente, observadas as normas ambientais, sanitárias, urbanísticas, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, e demais exigências técnicas previstas na legislação vigente.

§ 1º - Para efeitos do *caput* deste artigo, consideram-se as definições e as classificações especificadas na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

§ 2º - Para os resíduos sólidos e rejeitos gerados fora do município de Indaiatuba, somente aplica-se o disposto no *caput* deste artigo na hipótese de operação, com o licenciamento ambiental respectivo, de empreendimento ou unidade que faça o reaproveitamento/valorização dos resíduos.

§ 3º - Os resíduos sólidos e rejeitos gerados fora do município de Indaiatuba, serão destinados exclusivamente para a usina de reaproveitamento/valorização."(NR)

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 4º, da Lei nº 5.701, de 10 de março de 2010.

Texto compilado pela Câmara Municipal de Indaiatuba, atualizado até a Lei nº 8.188, de 6/6/2024. Este texto não substitui o original publicado na Imprensa Oficial do Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Prefeitura do Município de Indaiatuba, 06 de março de 2019,
189° de elevação à categoria de freguesia.

NILSON ALCIDES GASPAR
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa

LEI Nº 7.090, DE 06 DE MARÇO DE 2019

Aut. Nº	005/L9
P.L. Nº	305/LA
Publ.:	08/03/19 pag 24

Autoriza o Poder Executivo a delegar os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana no município de Indaiatuba e dá outras providências.

NILSON ALCIDES GASPAR, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I **DA DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO** **DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE LIMPEZA URBANA**

Seção I **Da delegação**

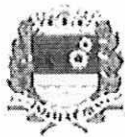
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a delegar os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, mediante contrato de parceria público-privada, na modalidade administrativa.

§ 1º - O Poder Executivo fica autorizado a incluir no objeto da parceria público-privada prevista no *caput* deste artigo os serviços de manejo de resíduos de serviços de saúde gerados pela Administração Pública e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, conforme necessidades da Administração direta e indireta do Município.

§ 2º - A prestação dos serviços públicos de que trata esta lei observará, dentre outras, a legislação federal aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, bem como as normas ambientais e sanitárias de regência.

§ 3º - A prestação dos serviços descritos no *caput* deverá observar os objetivos e as metas descritas no Plano Municipal de Saneamento Básico vigente e suas respectivas atualizações.

Art. 2º - O contrato celebrado com base na autorização prevista nesta Lei deverá conter cláusulas que estabeleçam, pelo menos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

- I - os prazos de vigência e a área a ser atendida;
- II - as metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade e de eficiência, em conformidade com os serviços prestados;
- III - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:
 - a) a composição da contraprestação pública a ser paga ao parceiro privado;
 - b) a sistemática de reajustes e de revisões da contraprestação pública a ser paga ao parceiro privado;
- IV - os mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, de regulação e de fiscalização dos serviços;
- V - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços;
- VI - o prazo para universalização do acesso dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana;
- VII - as prioridades de ação, as quais deverão ser compatíveis com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico;
- VIII - o pleno atendimento ao disposto nos incisos do *caput* do artigo 11 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB).

Seção II

Do mecanismo de garantia do contrato de parceria público-privada

Art. 3º - Para fins de adimplemento das obrigações contraídas pelo Município em razão da contratação autorizada no artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir o valor correspondente de até 10,13% (dez inteiros e treze centésimos por cento) dos recursos financeiros oriundos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM destinados ao Município de Indaiatuba, para conta de garantia, atribuindo ao agente financeiro responsável pelo repasse dos recursos autorizados a execução dos atos pertinentes.

Parágrafo único - O Município deverá manter os recursos financeiros na forma do *caput* deste artigo segregados dos demais recursos de sua titularidade, em conta específica, destinando-os, exclusivamente, ao adimplemento das obrigações contraídas pelo Município no contrato de parceria público-privada para a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

Art. 4º - O pagamento das obrigações contraídas pelo Município no contrato de parceria público-privada para a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana obedecerá a procedimento a ser disciplinado no respectivo instrumento.

Parágrafo único - Para fins de adimplemento das obrigações contraídas no contrato de parceria público-privada, poderá o Município autorizar o agente financeiro a transferir os recursos financeiros mencionados no *caput* do artigo 2º desta lei diretamente à conta do concessionário ou de seus financiadores, conforme disposto no respectivo instrumento.

Art. 5º - Adimplidas as obrigações principais e acessórias assumidas pelo Município no contrato de parceria público-privada, o agente financeiro ficará autorizado a transferir o saldo remanescente na conta garantia ao Tesouro do Município.

CAPÍTULO II DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 6º - Fica designada a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente como entidade reguladora dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana.

Parágrafo único - Os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana ficam reservados ao exercício da competência estabelecida no *caput* e excluídos da gestão associada de serviços públicos prevista no Protocolo de Intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rio Piracicaba, Capivari e Jundiá - Agência Reguladora PCJ, retificando-se, para tanto, a ratificação da subscrição do Protocolo de Intenções prevista na Lei nº 6.428, de 25 de março de 2015.

Art. 7º - Fica atribuída à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, na condição de entidade reguladora dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, as competências e atribuições previstas na Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e nos respectivos decretos regulamentadores.

Seção I Dos atos e procedimentos da entidade reguladora

Art. 8º - No exercício de sua competência e na execução de suas atividades como entidade de regulação e fiscalização, a Secretaria



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente observará os princípios e regras que regem a atuação da Administração Pública e, em especial:

I - a celeridade e eficiência na condução dos seus procedimentos;

II - a adequação com os fins pretendidos, coibindo-se a prática de medidas superiores àquelas que se façam estritamente necessárias à consecução dos objetivos e princípios da atuação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente;

III - a obrigação de motivar seus atos, por meio da exposição dos pressupostos de fato e de direito que orientam suas decisões;

IV - o respeito às formalidades necessárias, à proteção e promoção dos direitos dos usuários e dos prestadores submetidos à sua regulação e fiscalização;

V - a interpretação de normas e regulamentos de modo mais eficiente e adequado à consecução da Política Municipal de Saneamento Básico;

VI - o respeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório, principalmente nos procedimentos e atos que incorram em sanções.

Art. 9º - Deverá ser assegurada ampla publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores.

Parágrafo único - A publicidade a que se refere o *caput* deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na internet.

Seção II

Das atividades de regulação e fiscalização

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente editará as resoluções referentes aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, a partir das disposições expressas nesta lei, nas normas editadas pelos órgãos federais e estaduais competentes, na Política Municipal de Saneamento Básico e no Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º - As resoluções editadas serão adotadas como documentos base nas atividades de regulação e fiscalização dos serviços a serem executadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

§ 2º - As resoluções deverão ser amparadas em estudos técnicos prévios e nas melhores práticas do setor.

§ 3º - As resoluções deverão ser submetidas a audiência e consulta pública quando seu objeto envolver questões de relevante interesse público, a fim de conferir ampla participação social.

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente fiscalizará o cumprimento dos deveres e direitos previstos nas normas vigentes e nas resoluções editadas, bem como os requisitos e metas estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que respeita aos planos de expansão e melhoria dos serviços, bem como aos aspectos técnicos e econômicos estabelecidos.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente deverá fiscalizar a acumulação temporária de resíduos de qualquer natureza na fonte geradora ou em outros locais, por períodos pré-determinados, atividade que somente será autorizada pela entidade reguladora se não oferecer riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

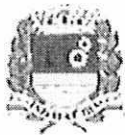
§ 2º - Constitui infração grave a acumulação de resíduos que ofereçam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, sujeita à interdição conforme avaliação técnica a ser realizada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

Art. 12 - Em caso de descumprimento das obrigações impostas ao prestador dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, caberá à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente aplicar as sanções estipuladas no contrato celebrado, bem como as sanções administrativas nos termos da regulamentação prevista, adotando as medidas que garantam o ressarcimento de eventuais prejuízos sofridos pelos usuários, pela Administração Pública ou ocasionados ao meio ambiente.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente deverá estabelecer processos que assegurem o contraditório e a ampla defesa tanto dos usuários quanto do prestador dos serviços.

§ 2º - O ressarcimento de que trata o *caput* deste artigo deverá ser proporcional ao dano comprovadamente sofrido pelo usuário ou pela Administração Pública, ou ocasionado ao meio ambiente.

Art. 13 - Os servidores da Administração Municipal poderão auxiliar a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente nas atividades de fiscalização dos serviços, desde que seja estabelecida diretriz específica para cada atividade de fiscalização, mediante Ordem de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

Fiscalização expedida pela entidade reguladora, que descreverá o objeto e a finalidade da fiscalização e a equipe encarregada.

Art. 14 - É facultado aos usuários denunciar o descumprimento de obrigações contratuais e regulamentares pelo prestador públicos dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, por meio dos canais de comunicação a serem instituídos pelo Poder Público Municipal.

Art. 15 - A infração às disposições desta lei ou às demais normas aplicáveis aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana sujeitará os infratores a processo sancionatório, a ser disciplinado pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

Seção III Da participação dos usuários

Art. 16 - A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente regulamentará os mecanismos de participação e controle social dos usuários nos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 - O artigo 3º da Lei nº 5.701, de 10 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Os resíduos sólidos e os rejeitos gerados dentro ou fora do território do município de Indaiatuba poderão ser recebidos para destinação e/ou disposição final ambientalmente adequada em empreendimento instalado ou que vier a ser instalado no município de Indaiatuba, após o respectivo licenciamento ambiental pertinente, observadas as normas ambientais, sanitárias, urbanísticas, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, e demais exigências técnicas previstas na legislação vigente.

§ 1º - Para efeitos do *caput* deste artigo, consideram-se as definições e as classificações especificadas na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

§ 2º - Para os resíduos sólidos e rejeitos gerados fora do município de Indaiatuba, somente aplica-se o disposto no *caput* deste artigo na hipótese de operação, com o licenciamento ambiental respectivo, de empreendimento ou



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

unidade que faça o reaproveitamento/valorização dos resíduos .

§ 3º - Os resíduos sólidos e rejeitos gerados fora do município de Indaiatuba, serão destinados exclusivamente para a usina de reaproveitamento/valorização."(NR)

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 4º, da Lei nº 5.701, de 10 de março de 2010.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, 06 de março de 2019,
189º de elevação à categoria de freguesia.


NILSON ALCIDES GASPAR
PREFEITO